

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.335 - SP (2018/0306479-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : APARECIDA FATIMA FRANCO FLORENTINO
ADVOGADO : RODRIGO GUIMARÃES NOGUEIRA - SP292903
AGRAVADO : MUNICIPIO DE LINS
PROCURADOR : JOSE AUGUSTO FUKUSHIMA E OUTRO(S) - SP167739

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. DIFERENÇAS SALARIAIS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 413):

RECÁLCULO DE VENCIMENTOS URV. Município de Lins. Preliminar de prescrição do fundo do direito afastada, com base na Súmula nº 85 do E. STJ. Análise do pleito de recálculo salarial. Prova pericial conclusiva ausência de perdas salariais. Direito à conversão não conduz, por si só, ao reconhecimento de diferença a ser paga. Improcedência da ação mantida. **RECURSO DESPROVIDO.**

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 22 da Lei 8.880/1994. Sustenta, em síntese, que "há nos autos prova incontroversa de que a recorrida tenha observado de forma estrita os cálculos previstos na Lei nº 8.880/94 quando da conversão dos vencimentos de seus servidores em URV" (e-STJ fl. 430).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 467-484).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 518-521).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

A Corte *a quo* afastou a pretensão autoral, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 415-419):

Observa-se que a autora não recusou a realização de prova pericial (fls. 148), sobre a qual se manifestou favorável o Município de Lins, rejeitado a análise isolada de prova emprestada para apuração do prejuízo sofrido em decorrência da inobservância da Lei Federal nº 8.880/1994 (fls. 149).

Destarte, no caso em tela, houve realização de perícia técnica contábil, a partir de documentos juntados aos autos. A autora, por sua vez, apresentou

questisos (fls. 153/155), os quais foram respondidos pelo perito (fls. 174/180). Impuganda a perícia houve novos esclarecimentos periciais às fls. 223/226, que não alteraram a conclusão do parecer.

Sendo assim, pelo que se vislumbra da perícia, analisados os índices de conversão aplicáveis aos vencimentos recebidos à época, a apelante não experimentou revezes financeiros, mantendo remuneração condizente (e até superior), haja vista que estabelecida média aritmética simples das URV's estipulada em 170,21, sua remuneração alcançou montantes de 178,40 URV's e de 189,37 URV's, que se mostram excedentes ao cálculo de conversão (fls. 172).

Nesse sentido, depreende-se da conclusão pericial:

“Considerando a elaboração dos cálculos de acordo com os documentos apresentados nos autos e critérios de cálculo acima; o vencimento da Requerente, não sofre perdas, portanto não foram apuradas diferenças devidas em função da transformação do Vencimento Salarial para URV's (art. 22 da Lei 8.880/94).”(fls. 174)

Destaque-se que no caso concreto, o perito, profissional de confiança do juízo e equidistante dos interesses das partes, fundamentou tecnicamente suas conclusões para, ao final, aferir a ausência de valores devidos, não tendo a parte apresentado conteúdo probatório capaz de afastar as considerações da perícia contábil.

Nessas circunstâncias, não é possível acolher a pretensão da autora, haja vista que os reajustes concedidos pela Administração, cumulados até a presente data, superam os valores de que tratou a Lei Federal nº 8.880/94.

Neste passo, não é possível concluir que a conversão em reais, em 1º/7/1994, de fato, gerou prejuízo, sobretudo que ainda persistam diferenças dentro do quinquênio prescricional, observando-se que a ação foi distribuída em 15/09/2015, e, principalmente, diante das diversas reorganizações administrativas e revisões salariais desde o ano de 1994.

Além disso, de se considerar que o STF, por unanimidade, já firmou entendimento de que o percentual de correção apurado nos casos de erro de conversão deixa de ser aplicado a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados (RE 561.836).

[...]

Nessas circunstâncias, os elementos nos autos levam à conclusão de que não houve prejuízo, sendo caso de improcedência da ação.

Diante desse contexto, a alteração das conclusões adotadas pelo Tribunal de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, o que impede, também, o conhecimento da divergência jurisprudencial.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. As razões recursais devem fazer a demonstração explicativa dos pontos nos quais os fundamentos do julgado (supostamente) atentam contra a norma positiva, sob pena de não conhecimento do recurso, com base na Súmula 284 do STF, aplicada por analogia: ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). 2. Se os elementos constantes dos autos são suficientes à formação da sua convicção, é lícito ao juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo julgamento antecipado da lide, sem que isso implique cerceamento de defesa.

3. Se o Tribunal de origem concluiu pela desnecessidade de realização de outras provas e pela ausência de cerceamento de defesa, a (eventual) reforma do julgado demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável no âmbito do recurso especial (STJ, Súmula 7/STJ).

4. O tribunal de origem decidiu em harmonia com a orientação predominante desta Corte, incidindo ao caso a Súmula nº 83 do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida").

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 477.747/SP, Rel. Ministro Olindo Menezes - Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, DJe 4/2/2016)

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE REDUÇÃO SALARIAL PROVOCADA PELA CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS EM URV. LEI 8.880/94. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O Tribunal de origem consignou expressamente: "Os autores não demonstram (a prova é deles, nos termos do art. 333, I, do CPC) que os reajustes concedidos pela Administração tenham sido inferiores aos valores mencionados pela LF nº 8.880/94, nem que a conversão em reais em 1-7-1994 lhes tenha causado prejuízo. Não demonstraram que persistam diferenças dentro do quinquênio prescricional (a ação foi proposta em 23-5-2006), ante as diversas reorganizações administrativas e revisões salariais feitas nesses anos, anotado que as diferenças existem até que concedidos novos aumentos em reais, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal. Admite-se que os autores tinham direito à conversão para URV em 1-3-1994; mas nada há a conceder ante a total falta de demonstração de prejuízo e de diferenças atuais a pagar" (fl. 547, e-STJ). No presente caso, rever o entendimento da Corte de origem implicaria abrir o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.

2. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Ressalta-se ainda que o óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável também ao Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.529.623/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe

20/11/2015)

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

